

**COMISSÃO DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER Nº 72.2025**

PROJETO DE LEI Nº 4.145/2025

Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social "Reconstruir" no Município de Ponte Nova, e dá outras providências.

A Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, após análise do Projeto de Lei epigrafado, é de parecer que a proposta é constitucional, podendo, portanto, ser submetido à apreciação pelo Plenário.

Todavia, com base no parecer técnico emitido pela Divisão Técnica Legislativa, a Comissão apresenta as seguintes emendas:

- 1) Alteração do inciso II do art. 2º, para prever dois anos de ocupação:

Art. 2º

.....
II - residam no imóvel há pelo menos 2 (dois) anos, salvo em casos de calamidade pública ou emergência, devidamente comprovados.

- 2) Acréscimo de novos §§ 1º e 2º, no art. 2º, renumerando os demais parágrafos, com a seguinte redação:

Art. 2º

.....
§ 1º Consideram-se possuidoras legitimadas, para os fins desta Lei, as pessoas que exercerem a posse de forma mansa, pacífica e ininterrupta e com ânimo de dono, não se aplicando às hipóteses de locação ou comodato.

§ 2º Os imóveis contemplados deverão ter até 250 m² de área efetivamente ocupada pela família, ainda que a metragem total do imóvel seja superior, sendo vedado o benefício caso a ocupação ultrapasse esse limite.

.....“

- 3) Alteração do inciso I do art. 3º, para excluir o prazo do edital, permitindo a inscrição dos interessados durante todo o ano;

Art. 3º.....

I – publicação de edital de chamamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias data de início das inscrições, com informações claras acerca do programa, admitindo inscrições a qualquer tempo;

- 4) Acréscimo de novos §§ 1º e 2º no art. 3º, renumerando os demais parágrafos:

Art. 3º.....

§ 1º O edital de chamamento público deverá permanecer aberto durante o exercício e ser amplamente divulgado nos meios de comunicação utilizados pelo Poder Executivo, incluindo sítio eletrônico, redes sociais e emissoras de rádio e televisão com as quais o ente público mantenha contratos vigentes.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Município deverá realizar ações de busca ativa, visando identificar e alcançar famílias em situação de vulnerabilidade que atendam aos critérios do Programa.

- 5) Alteração no inciso I e acréscimo de inciso IV no art. 4º, com a seguinte redação:

Art. 4º.....

I - preferencialmente por meio de recursos federais ou estaduais, quando aplicável;

IV - por meio de serviço voluntário prestado pela sociedade civil, observada a legislação própria aplicável.

- 6) Supressão do art. 5º, com renumeração dos demais artigos;

7) Alteração do inciso I, § 1º, art. 6º, para constar o seguinte:

Art. 6º

§ 1º

I - devolução dos valores investidos, corrigidos monetariamente;

8) Alteração do § 2º do art. 6º:

Art. 6º

§ 2º A penalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo se aplica ao cônjuge ou companheiro do beneficiário, ainda que ocorra divórcio ou separação.

9) Inclusão de parágrafo único ao art. 10, para incluir o impacto orçamentário e financeiro enviado pelo Poder Executivo.

Art. 10

Parágrafo único. Integra a presente Lei a estimativa de impacto orçamentário, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2025.

José Rubens Tavares

Wagner Luiz Tavares Gomides

Fabiano Sousa da Cruz